



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 678877 - SP (2021/0212806-0)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : TAMIRIS LIMA SILVA  
**ADVOGADO** : TAMIRIS LIMA SILVA - SP345896  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DAMIAO SANTANA DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DAMIÃO SANTANA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (00013479720148260157).

O paciente foi denunciado como incurso no art. 121 do Código Penal.

A impetrante sustenta que os autos estavam em poder do advogado anteriormente constituído e que o paciente sequer sabe se há mandado de prisão, haja vista que a sua nova patrona não tem acesso e o advogado anteriormente constituído se recusa a passar informações.

Afirma, ainda, que, após protocolar petição pedindo vista dos autos que se encontram em poder do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, não foi apreciada e o TJSP se manteve inerte.

Requer a concessão de liminar para determinar o cadastro da nova patrona e acesso aos autos. No mérito, pugna pela concessão da ordem em definitivo.

Solicitadas prévias informações, o colegiado estadual noticia que o paciente foi condenado ao cumprimento de 5 anos, 7 meses e 6 dias de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso no art. 121, *caput*, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, sendo-lhe concedido o direito de recorrer em liberdade. O recurso de apelação interposto pela defesa aguarda julgamento pelo Tribunal de origem.

É, no essencial, o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, devendo-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência